

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DE PRONUNCIAMENTOS DA POLÍCIA MILITAR DURANTE MANIFESTAÇÕES POPULARES

*(Critical discourse analysis of military police
pronouncements during popular protests)*

Micheline Mattedi Tomazi¹
(Universidade Federal do Espírito Santo – UFES)

Joelson Rocha²
(Universidade Federal do Espírito Santo – UFES)

ABSTRACT

The protests during the months of June and July 2013, in the state of Espírito Santo, demanded one Military Police justification of his performances on the streets. The aim of this paper is the analysis of the discursive strategies employed in these official pronouncements, mediated by the press capixaba, that purporting control the public discourse, in the pursuit of consensus building. For this, we make use of the theoretical and methodological parameters Critical Discourse Studies (ECD), by van Dijk (2003, 2010, 2012) as well as studies on the discourse of the media, by Charaudeau (2012). In the analysis, it was found as the discursive structures are built, to deny excess subtly coercive force, ensuring legitimacy to the actions of the corporation.

1. Doutorado em Estudos linguísticos pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta 2 do Departamento de Línguas e Letras na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFES), pesquisadora e líder do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES) e pesquisadora do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (GEArtD/UFGM).
2. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFES). Graduado em Comunicação Social e Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor do Ensino Médio no Colégio Marista Nossa Senhora da Penha, Professor do Ensino Médio do Sistema Brasileiro de Educação. Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES).

Keywords: *Critical Discourse Studies, official discourse, strategies of denial.*

RESUMO

Os protestos ocorridos durante os meses de junho e julho de 2013, no estado do Espírito Santo, exigiram da Polícia Militar justificativas da validade de suas atuações nas ruas. A proposta deste artigo consiste na análise das estratégias discursivas empregadas nesses pronunciamentos oficiais, mediados pela imprensa capixaba, que acreditamos propositar o controle do discurso público, na busca da formação de consenso. Para tanto, valemo-nos dos parâmetros teóricos e metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), de van Dijk (2003, 2010, 2012) e também dos estudos sobre o discurso das mídias, de Charaudeau (2012). Nas análises, verificou-se de que forma as estruturas discursivas são construídas para negar sutilmente o excesso de força coercitiva, garantindo legitimidade às ações da corporação.

Palavras-chave: *Estudos Críticos do Discurso, discurso oficial, estratégias de negação.*

Introdução

Os meses de junho e de julho de 2013 foram marcados em várias cidades brasileiras por manifestações populares, nas quais se reivindicaram ações diversas por parte dos governantes, entre elas, a redução da tarifa do transporte público, a não violência policial nas passeatas, o combate à corrupção e melhorias na educação. No Espírito Santo, uma mobilização chegou a reunir cerca de cem mil pessoas, em Vitória. Os confrontos entre policiais e manifestantes receberam ampla cobertura dos jornais locais, que concederam vozes às autoridades militares, no sentido de justificarem suas ações, consideradas por alguns setores violentas.

O presente estudo visa a analisar esses pronunciamentos institucionais mediados pela imprensa capixaba, com o objetivo de verificar as estratégias discursivas utilizadas pelos oficiais como forma de justificar a força empregada durante as manifestações e de legitimar o papel da polícia junto à população e ao Estado. Para tanto, foram

selecionadas cinco publicações jornalísticas contendo falas oficiais de representantes da Polícia Militar, veiculadas pelo jornal A Gazeta, entre os dias 18 de junho e 17 de julho de 2013. A escolha dessas matérias jornalísticas, entre várias outras, justifica-se tanto pelo valor qualitativo do evento reportado quanto pelo teor desses discursos oficiais.

Esses pronunciamentos foram submetidos aos parâmetros teóricos, bem como aos procedimentos de análise propostos pelos Estudos Críticos do Discurso (ECD). Nesse campo de estudo, van Dijk (2003, 2010, 2012) analisou as estruturas e estratégias das construções discursivas no exercício ou legitimação do poder, incluindo aí as formas de negação do racismo. Acredita-se que também as falas das autoridades militares do Estado se valham dessas diversas estratégias para justificar ou até negar a violência empregada para conter os manifestantes. Os pronunciamentos selecionados foram publicados em domínio midiático, tendo como suporte o jornal impresso. A seleção que baliza o presente trabalho se articula também com os estudos dos discursos da mídia, realizados por Charaudeau (2012).

Para a análise, parte-se da hipótese de que os locutores desses discursos oficiais, ao ocuparem um privilegiado espaço na imprensa capixaba, selecionam determinadas formas linguísticas no sentido de um gerenciamento global da imagem da corporação. Dessa forma, constroem um discurso que legitima as estruturas de poder vigente, pois, tendo natureza de formação de consenso, o poder derivado desses pronunciamentos toma uma forma de hegemonia.

A partir desses parâmetros, foi possível gerar alguns questionamentos, tais como: *Que estruturas sutis de sentido compõem as justificativas das ações policiais? Que propriedades discursivas revelam a negação da força abusiva empregada pela polícia contra os manifestantes? Como a construção desses discursos veiculados pela mídia capixaba os faz adquirir status de verdade? De que forma esses pronunciamentos contribuem na criação de um consenso, fundamental à hegemonia?*

Com vistas a aproximar respostas às questões acima destacadas, o artigo encontra-se dividido em quatro seções. Na primeira,

abordamos os Estudos Críticos do Discurso (ECD) como instrumento para análise da reprodução discursiva do poder. Na sequência, especificamos os discursos oficiais no espaço midiático, sua busca pela construção de efeito de verdade e sua prática como exercício de poder. Depois, apresentamos os procedimentos de análise, a que foram submetidos os pronunciamentos oficiais. Por fim, realizamos as análises dessas falas, buscando de que forma elas exercem e legitimam um poder hegemônico.

1. Os instrumentos de análise da reprodução discursiva de abuso de poder

Os Estudos Críticos do Discurso constituem um conjunto de práticas acadêmicas com a finalidade de revelar como operam, no discurso, os exercícios de poder, especificamente as práticas de abuso e de ilegitimidade. As pesquisas nesse campo de estudo buscam examinar como as estruturas discursivas podem variar ou serem influenciadas pelas composições sociais. Propriedades sonoras e visuais, estruturação dos elementos constituintes das frases, seleção lexical, semântica das pressuposições, encaminhamento argumentativo e estratégias de polidez, por exemplo, são variações que podem revelar tentativa de confirmação e reprodução de abuso de poder. Esse campo de estudos se mostra, portanto, como uma ponte entre as análises que focalizam os macroníveis das estruturas sociais e as que priorizam os microníveis, referentes às práticas cotidianas de linguagem.

Para van Dijk (2010, p. 177), embora o exercício do poder seja fundamental para o funcionamento das sociedades, há práticas abusivas do poder que se revelam nas estruturas discursivas de grupos ou instituições. O poder é entendido nessa abordagem em termos de controle de atos e mentes dos grupos dominados e pode ser distinto, de acordo com os recursos empregados para exercê-lo: poder coercitivo, poder econômico, poder baseado no conhecimento. Para o autor, o discurso produzido pelos agentes poderosos se torna ilegítimo

quando se enquadra em termos de consequências mentais negativas dessa dominação, produzindo ou perpetuando violações aos direitos humanos ou civis ou promovendo desigualdade social e favorecimento dos que dominam.

Esses grupos de poder agem também pelo controle do discurso e, por consequência, pelo controle das mentes. O acesso ao conhecimento e à informação é notadamente constituído pela definição de quem tem acesso à produção dos discursos. A maioria das pessoas possui apenas afluência às conversas familiares ou a espaços controlados de participação, como um aluno em uma aula ou uma testemunha de um acidente em uma notícia. Se discursos públicos são produzidos por agentes específicos, que controlam o conteúdo e o gênero dos discursos, a repetição deles pode criar base consensual propícia à formação de “hegemonia”, conforme conceituado por Gramsci (GRAMSCI, 1971, *apud* van DIJK, 2010, p. 118).

Estudar os sistemas de estruturas da fala e da escrita da Polícia Militar torna-se, nesse sentido, produtivo, pois pode funcionar como ponte entre o micronível das construções linguísticas e a hegemonia do Estado, por meio da sua força armada. É, pois, este o tópico que será tratado na próxima seção.

2. Discurso oficial nos meios jornalísticos: exercício de controle dos discursos públicos

O controle do discurso público encontra nos pronunciamentos oficiais vasta possibilidade de efetivação. Como sugere van Dijk (2010, p. 73), “por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito dele e, em especial, como será dito”.

Dessa forma, diante de acontecimentos que envolvam as corporações, organizações ou órgãos públicos, a fala institucional

exerce forte peso na formação da opinião pública, visto a notoriedade que ela adquire em comparação aos depoimentos de pessoas comuns envolvidas no mesmo episódio. Para van Dijk (2010, p. 81), “esse viés tendencioso surge através do tempo e tipo de entrevistas”. Enquanto fontes comuns são entrevistadas no próprio local do fato relatado, sob forte pressão emocional, as fontes oficiais são ouvidas em seus escritórios ou gabinetes, locais silenciosos. Esse aspecto das condições de produção determina, em boa medida, parte do conteúdo veiculado, já que às falas institucionais é oferecido tempo de elaboração, enquanto as falas populares são produzidas sob o efeito do acontecimento. Assim, os discursos oficiais são produto de elaboração e de monitoramento, visando ao gerenciamento global da imagem.

O acesso a específicas formas de discurso também contribui para a promoção de legitimidade aos discursos oficiais. Constantemente as declarações ou justificativas tornam-se públicas sob a forma de notas oficiais, gênero a cuja produção a maioria das pessoas não tem acesso. Outros exemplos dessas formas privilegiadas de discurso são as entrevistas coletivas à imprensa e o *press release*.

Com isso, a mídia vai cristalizando consensualmente em verdade aquilo que é dito por quem tem acesso ao discurso, ou seja, por quem detém o poder hegemônico. Tal tendência ao consenso do discurso oficial sobre a opinião pública pode ocorrer porque essas condições de produção privilegiadas promovem, sobre o que é dito oficialmente, um *efeito de verdade*. Esse conceito foi explicitado por Charaudeau (2012). Para o autor, trata-se daquilo que o sujeito, a partir de sua subjetividade em relação com o mundo, acredita ser verdadeiro, aderindo a essa ideia. Mas esse processo não se efetiva exclusivamente por escolhas próprias, mas, sim, ocorre nos processos interativos da linguagem, uma vez que “o efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade”, conforme palavras de Charaudeau (2012, p. 49).

Esse controle sobre quem produz os discursos públicos condena os sujeitos comuns a terem vozes apenas nas conversas cotidianas. Em caminho oposto, os discursos oficiais vão adquirindo efeito de verdade e se tornando consenso entre a opinião pública. Parece ficar evidente, nesse processo todo, o conseqüente controle das mentes.

3. Estratégias e estruturas discursivas na produção de discursos tendenciosos

O exercício e a manutenção do poder e de suas bases ideológicas se consistem pela formação de consenso e de aceitação. Como as ações comunicativas são um componente importante na produção de tal estado, torna-se crucial analisar de que forma os discursos reproduzem e perpetuam o poder social. No caso específico desta pesquisa, acredita-se ser fundamental o estudo das estruturas discursivas das falas oficiais da Polícia Militar para revelar a busca de consenso e de aceitação desses discursos e, por consequência, da validade de suas ações.

Os mecanismos para tal análise estão, de acordo com van Dijk (2010), nos sistemas e estruturas variáveis da fala ou da escrita, adaptáveis aos interesses do locutor. Por exemplo, embora existam certas estruturas sintáticas obrigatórias, por força de propriedades gramaticais da língua, há outros elementos e estruturas que podem variar, de acordo com a situação social do discurso. São essas possibilidades de adaptação e de escolhas que permitem descrições qualitativas dos detalhes das estruturas discursivas:

(...) os Estudos Críticos do Discurso (ECD) se concentrarão, em geral, naqueles sistemas e estruturas da fala ou da escrita que podem variar em função de condições sociais relevantes do uso linguístico, ou que podem contribuir para conseqüências sociais específicas do discurso, tais como influenciar crenças e ações sociais dos ouvintes e leitores.

(van DIJK, 2010, p. 14)

Tais variações podem ser perceptíveis em vários níveis, incluindo elementos semióticos. Nessa perspectiva, enumera van Dijk (2010: 136-137) uma lista dessas estruturas variáveis, que possibilitam verificar intenções discursivas de preservação de poder. A sequência se inicia pelos *elementos não verbais*, como, por exemplo, o *layout* da página, as imagens escolhidas ou as angulações das fotos. Por meio desses elementos, pode ser possível constatar ênfases negativas sobre “Eles”.

Também a *sintaxe*, na maneira como se sequenciam os termos de uma frase, pode ser um indicador de discurso tendencioso. É possível enfatizar ou atenuar ações manipulando os termos que ocupam as posições mais importantes e de maior visibilidade da frase. Van Dijk (2010: 136) afirma que estudos verificaram ocupações de posições mais topicalizadas quando se trata da ação negativa das minorias, mas, quando as autoridades estão ligadas a atos negativos, aparecem em posições posteriores ou são deixados de fora da sentença. A exploração das estruturas da voz passiva é um dos exemplos desse tipo de mecanismo.

Outro recurso de representação negativa do outro está nas *escolhas lexicais*. Para van Dijk (2012: 238), esse tipo de variação é “particularmente sensível ao contexto”:

Por meio das palavras que usam, os falantes mostram suas identidades sociais, suas relações enquanto participantes, sua adaptação à audiência, seu estado de espírito, suas emoções, seus valores, suas opiniões e atitudes, seus propósitos, seu conhecimento e os tipos de situações (in)formais ou institucionais em que estão falando ou escrevendo. Em suma, poucas categorias contextuais não são de modo algum marcadas pela escolha do léxico.

(van DIJK, 2012, p. 238)

Entre as categorias contextuais a serem consideradas, destacamos a *identidade social e estereótipos, usos especializados versus não especializados* e a *posição social*. Por mais que os discursos oficiais, objeto deste artigo, apresentem-se como uma ação discursiva controlada, pode ser possível perceber, por meio dos termos

atribuídos a alguns setores sociais, valorização ou desqualificação de manifestantes, às vezes recorrendo a rótulos negativos. Além disso, nos discursos oficiais, é previsível a presença de termos técnicos, de acordo com área de atuação desse agente do discurso. Também parece claro que a posição social desses locutores do discurso oficial, hierarquicamente superiores, determina considerável parte dessas escolhas lexicais.

Há ainda estratégias semânticas que podem ser desenvolvidas na fabricação de imagem de si ou do outro. Van Dijk (2010: 137) cita o *significado local* e o *significado global* do discurso. Segundo o estudioso, na oração, o significado pode ser vago ou indireto referente a algumas ações e detalhado e preciso sobre outras. Num aspecto mais amplo, é possível “selecionar ou enfatizar tópicos positivos para Nós (tais como ajuda e tolerância), e negativos para Eles (tais como crime, desvio comportamental ou violência)”. Às vezes, esse sistema de significados cria e apresenta contrastes que conferem destaque às diferenças. Os *dispositivos retóricos* podem também revelar discurso tendencioso. O uso de metáforas, de metonímias, de hipérboles, de eufemismos pode centralizar a atenção na informação positiva ou negativa sobre si ou sobre o outro.

Ao se referir aos discursos produzidos sobre as minorias, van Dijk (2010, p. 62) identifica, ainda, a presença de estratégias globais que podem revelar depreciação ou valorização. Trata-se da “auto-apresentação” positiva e da “outro-apresentação” negativa. Segundo seus estudos e enfoque, os discursos sobre as minorias podem manifestar experiências e opiniões negativas sobre alguns grupos, por meio de estratégias semânticas e retóricas, como argumentações ou narrativas concretas. Junto a isso, procede-se a um sistematizado contrabalanceamento, por meio da fabricação de imagem de tolerante, não racista, compreensivo, por exemplo.

Um processo discursivo de “auto-apresentação” positiva e “outro-apresentação” negativa particularmente importante a esta pesquisa está nas estratégias sutis de negação. Para van Dijk (2010, p. 157 -158), especificamente quanto ao discurso racista nas conversações diárias, as falas cotidianas tendem a incluir ressalvas e

outras formas de negação. Trata-se de “movimentos semânticos com uma parte positiva sobre Nós e uma parte negativa sobre Eles” (op. cit, 2010, p. 142). Alguns exemplos dessas estratégias encontram-se reportados no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Exemplos de ressalvas

- *Negação aparente*: Nós não temos nada contra negros, mas...
- *Concessão aparente*: Alguns deles são inteligentes, mas em geral...
- *Empatia aparente*: É claro que refugiados tiveram problemas, mas...
- *Ignorância aparente*: Eu não sei, mas...
- *Desculpa aparente*: Desculpe-me, mas...
- *Inversão (culpar a vítima)*: Não eles, mas nós é que somos as reais vítimas...
- *Transferência*: Eu não me importo, mas meus clientes...

Fonte: van Dijk (2010, p.142)

Os dispositivos categoriais, dispostos acima, foram tratados pelo autor como “aparentes” porque a primeira parte pode ser considerada uma forma de manejo das impressões, enquanto o resto da sentença reforçará características negativas dos Outros, contradizendo assim a primeira parte “positiva” (van Dijk, 2010, p. 143). Segundo o autor, as negações consistem, especificamente, em uma estratégia de “auto-apresentação” positiva do grupo. Elas fazem parte do propósito de defesa e frequentemente recorrem a acusações implícitas ou explícitas. Nessa estratégia, a condição maior da responsabilidade pelo ato negativo reside nas boas intenções: o propósito positivo justifica a ação negativa. A eficácia disso está no fato de não haver como provar a negatividade das intenções. Dessa forma, constrói-se, portanto, a justificativa: há uma consequência negativa, mas as intenções foram boas.

Em seus estudos, van Dijk também classifica os tipos de negação, que seguem de maneira detalhada no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Tipos de negação

- Negação do ato (“Eu não fiz / não disse isso de jeito nenhum”)
- Negação do controle (“Eu não fiz / não disse aquilo de propósito”)
- Negação da intenção (“Eu não quis dizer isso”; “Você entendeu errado”)
- Negação do propósito (“Eu não fiz / não disse isso para...”)

Fonte: van Dijk (2010, p.162)

Além da negação, existem outras estratégias cognitivas e sociais que, de uma forma ou de outra, estão relacionadas às negações. A *justificativa* é um recurso recorrente nas negações. Às vezes, pode aparecer em forma de *desculpa*, mas também pode caracterizar o ato negativo como sendo de legítima defesa ou produzido por culpa do outro. Nesse recurso, o ato em si não é negado, mas nega-se a responsabilidade, já que o outro é o culpado. Essa transferência da culpa caracteriza a *escusa*, que, em um grau mais acentuado, pode chegar à *provocação e culpa* da vítima.

A *mitigação* também constitui uma forma sutil de negação, pois consiste em amenizações, às vezes por meio de eufemismo, de atos negativos. Ainda existe a *reversão*. Por meio dessa estratégia, o outro é que é visto como intolerante, violento, antidemocrático. A reversão é, portanto, uma estratégia de contra-ataque.

A partir desses conceitos, pretendemos analisar as propriedades discursivas utilizadas nas falas oficiais da Polícia Militar, a fim de descrever os processos por meio dos quais se construíram as justificativas para o uso de força coerciva nas ações dessa corporação durante as manifestações ocorridas em junho e julho de 2013.

4. Análise discursiva crítica dos discursos oficiais

Os pronunciamentos oficiais submetidos aos dispositivos de análise dos ECD nesta pesquisa foram recolhidos de reportagens veiculadas pelo jornal “A Gazeta”, do Espírito Santo, ou de entrevistas concedidas por oficiais da Polícia Militar a esse mesmo meio jornalístico. Esses textos, reproduzidos nos anexos deste artigo, foram publicados nos dias 18 e 28 de junho e 05, 06 e 17 de julho. Todos repercutiram graves enfrentamentos entre polícia e manifestantes, ocorridos nos dias anteriores à publicação.

Como a fonte de todos os pronunciamentos oficiais analisados está em reportagens e entrevistas, gêneros jornalísticos, é preciso, de antemão, reforçar o que defende Charaudeau (2012, p. 19-20) com relação à mídia como criadora de informação: “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. Elas, portanto, mostram apenas “um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo”. Por isso, é necessário legar à empresa jornalística a seleção do que foi publicado. Para que essa influência não seja ampliada, adotou-se nesta pesquisa a seleção apenas de falas diretas, excluindo as paráfrases construídas pelos jornalistas-narradores nos discursos indiretos.

Preliminarmente, a observação das condições de produção revela muito sobre o efeito de verdade produzido por esses discursos oficiais. Pode-se dizer que, nas cinco participações analisadas, as falas foram produzidas em condições privilegiadas. Em nenhuma das matérias jornalísticas, a justificativa ou comentário oficial surgiram de um participante direto do acontecimento. A voz que fala pela corporação se manifesta ora pelo secretário estadual de Segurança, André Garcia, ora pelo comandante-geral da Polícia Militar, coronel Edmilson Santos, sempre de seus locais de trabalho; portanto, longe da tensão e tumulto das manifestações. Em contraposição a isso, os manifestantes foram sempre entrevistados nas ruas, sendo que os acusados de vandalismo ou de radicalidade, especificamente, não apresentaram falas em nenhum dos textos estudados.

Outro privilégio observado está no gênero do discurso a que a corporação tem acesso, diferentemente dos manifestantes comuns. Na edição de 28 de junho, as declarações oficiais vieram sob a forma de entrevistas do secretário estadual de Segurança e do comandante-geral da Polícia Militar. Em quatro das reportagens aqui analisadas, a visão dessa corporação aparece em uma seção constituinte da reportagem, mas destacada, o que pode atrair a essa fala uma atenção e um valor maior dos leitores. Quando as fontes são manifestantes, as falas aparecem em meio ao texto principal, ao longo da narração jornalística, desfavorecendo essas versões, tidas como não oficiais.

Especificamente, quanto ao texto escrito, o léxico explorado por esses representantes da segurança pública sugere uma tentativa de validar as ações da polícia e de desqualificar os manifestantes. Nas referências aos ativistas, percebe-se uma gradação negativa no transcorrer do tempo. Se, no início, Garcia utilizou a expressão *grupo radical* (A Gazeta, 18/06/2013 p. 4), dez dias depois, a referência feita pelo secretário a esse mesmo grupo se realizou por *bandidos infiltrados, baderneiros enfrentando o Estado, vândalos, pessoas armadas e pessoas perigosas* (A Gazeta, 28/06/2013 p. 10). Também o comandante-geral da Polícia Militar, na mesma edição, utilizou-se dos termos *vândalos* e *criminosos*. Essas referências são acompanhadas de outros elementos lexicais, que compõem uma representação negativa e estereotipada dos manifestantes, em expressões tais como: *prática de crimes, enfrentamento, assaltos, depredações e saques*, que acompanham tais descrições (A Gazeta, 28/06/2013, p. 10).

Observa-se, por meio da comparação desses termos e expressões, um percurso semântico de exclusão, desses alvos da repressão policial, do grupo geral de manifestantes. Isso pode ser interpretado como uma estratégia, por meios discursivos, de legitimidade das ações policiais. Van Dijk, nos seus estudos sobre a negação do racismo, analisa essa estratégia de “fazer bloquear inferências dessa instância específica para uma imagem mais geral” (van Dijk, 2010, p.158). Ao distanciar os revoltosos dos manifestantes comuns, cria-se uma categoria exclusiva sobre a qual a legitimidade da ação violenta da polícia pode ser mais facilmente absorvida pela opinião pública. Em outro trecho, Garcia torna mais explícita esta

intenção discursiva e cognitiva: “O que aconteceu na praça da Terceira Ponte foi uma ação de radicais, mas a manifestação, em sua maior parte, transcorreu sem problemas” (A Gazeta, 05/07/2013, p. 5).

As palavras ou expressões referentes à corporação estão sempre relacionadas à função oficial desses agentes da segurança, o que reforça ora profissionalismo, ora o caráter institucional da corporação. Eles são tratados por *policiais, a polícia, o policiamento, a PM, a tropa, Estado, efetivo, segurança pública, policiamento velado, flancos de atuação* (A Gazeta, 28/06/2013, p. 10). A seleção de variantes técnicas também fortalece a imagem profissional da corporação, como se pode notar nesta frase do secretário: “A polícia militar agiu dentro da técnica de controle de distúrbio civil” (A Gazeta, 05/07/2013, p. 5). A comparação entre os tratamentos deixa clara a polarização: de um lado, manifestantes radicais, violentos, criminosos; de outro, profissionais, estrategistas, organizados, oficiais.

Nas descrições das ações, também há a exploração de itens lexicais que amenizam ou reforçam aquilo que é negativo. A violência policial foi justificada pela fala do secretário de Segurança: “Nossa intenção não era interferir na liberdade de protesto...”, sem especificar como os policiais agiram (A Gazeta, 18/06/2013, p. 4). Em seguida, ele descreveu as ações dos manifestantes: “(...) um grupo radical, que jogou pedras, garrafas e latas de cerveja contra a tropa”. Na mesma reportagem, o secretário justifica que “foi preciso dispersar o grupo”, seguido de “Eles lançaram pedras, garrafas e latas de cerveja sobre a tropa...”. Os verbos *interferir* e *dispersar* são, certamente, mais eufemísticos do que *jogar* e *lançar*, que demonstram ação violenta.

Os elementos linguísticos que preenchem as posições sintáticas das frases proferidas pelos representantes da polícia também revelam um discurso polarizado. Sempre que as ações dos manifestantes são negativas, os agentes são colocados em posições de destaque, como sujeito da sentença. Em contrapartida, nas descrições das ações previsivelmente mais condenadas pela opinião pública, o agente da ação é escondido em posições menos visíveis ou é excluído da sentença. Com a finalidade de se comparar essas elaborações sintáticas, seguem alguns exemplos no Quadro 3:

Quadro 3 – Posição sintática dos agentes em ações positivas e negativas em sentenças das reportagens analisadas

Posição sintática dos agentes em ações positivas e negativas.		
Ações	Sentença	Agente
Negativas dos policiais	“Foi preciso dispersar o grupo para que a situação não fugisse ao controle...” (A Gazeta, 18/06/2013: 4).	—
	“Infelizmente, chegou a esse ponto” (A Gazeta, 18/06/2013: 4).	—
	“Para evitar que isso acontecesse, impedimos que a população subisse a pé de Vila Velha para Vitória” (A Gazeta, 28/06/2013: 10).	Sujeito oculto
Negativas dos manifestantes	“... um grupo radical, que jogou pedras, garrafas e latas de cerveja contra a tropa da Polícia Militar, ferindo um soldado a pedrada” (A Gazeta, 18/06/2013: 4).	Sujeito claro
	“E essas pessoas perigosas (...) estão do seu lado, do lado de um pai, de uma mãe de família, de uma criança” (A Gazeta, 28/06/2013:10).	Sujeito claro
	“Um dos rapazes presos ontem estava com uma pistola 380...” (A Gazeta, 28/06/2013: 10).	Sujeito claro
Positiva dos policiais	“A polícia está preparada para evitar que isso aconteça” (A Gazeta, 28/06/2013: 10).	Sujeito claro
	“(…) a polícia recebeu a informação de que havia um número grande de vândalos entre manifestantes” (A Gazeta, 28/06/2013: 10).	Sujeito claro
	“A PM sempre age com a intenção de preservar a segurança e a integridade física das pessoas de bem que estão protestando” (A Gazeta, 28/06/2013: 10).	Sujeito claro

O Quadro 3 permite destacar que, na estrutura da sentença, a posição dos agentes de ações negativas e positivas, combinada com as propriedades semânticas dos itens lexicais mobilizados pelo locutor, cria representações positivas à corporação do Estado e negativa aos ativistas. Na primeira linha do quadro, por exemplo, o agente da ação

negativa foi escondido pela busca de uma estrutura que priorizasse um termo vago, sem detalhamentos, *situação*. No segundo exemplo, acima, *chegou a esse ponto* não deixa claro nem as ações produzidas, nem o agente desses acontecimentos. Aliás, *situação* e *ponto* não são, a princípio, palavras semanticamente negativas.

Essa busca por termos vagos ou indiretos para as ações policiais e de termos mais detalhados para as ações dos manifestantes cria um significado local favorável à corporação. As investidas dos manifestantes são descritas com mais precisão que as da força estatal. Veem-se, aliás, mais palavras referentes às armas dos manifestantes: *latas de cerveja, pedras, pistola, carabina* 44 (A Gazeta, 18/06/2013, p. 4; A Gazeta, 28/06/2013, p. 10) que de termos que revelam o armamento policial. Dessa forma, cria-se globalmente uma representação dos manifestantes como violentos, radicais, fora de controle, ameaçadores, enquanto a PM é relacionada à ordem, estratégia e preparo.

Esse detalhamento das ações negativas dos manifestantes também é construído por meio do que van Dijk (2010:137) sugere como *esquemas*. As descrições e narrações das ações policiais finalizam, às vezes, com uma conclusão que reforça a legitimidade e eficácia da corporação. Por exemplo, “Não atuamos apenas com suposições, mas com informações de quem está em campo” (A Gazeta, 28/06/2013, p. 10) é estrategicamente estruturado após a narração do episódio de enfrentamento entre policiais e manifestantes em cima da ponte que liga Vitória a Vila Velha. Em outro exemplo, toda a descrição das características dos revoltosos é finalizada com uma tentativa de persuasão no sentido de esvaziar a mobilização: “A gente pede que os cidadãos de bem pensem duas vezes antes de ir ao protesto...” (A Gazeta, 28/06/2013, p.10).

Todos esses exemplos comprovam a criação, pelas autoridades de segurança, de um discurso polarizado, impregnado de estratégias de “auto-apresentação” positiva e de “outro-apresentação” negativa. Com essas artimanhas discursivas, procede-se a um gerenciamento global da imagem, transmitindo uma representação positiva da corporação e produzindo consenso entre a opinião pública.

O próprio objetivo maior desses pronunciamentos, a justificativa das operações policiais, também obedece a essa intenção discursiva

e cognitiva. Na busca de legitimação às ações, nega-se a violência das intervenções policiais por meio de ressalvas. Isso fica claro em várias passagens, em que a responsabilidade da polícia é atenuada pela existência de uma boa intenção. O secretário de segurança, André Garcia, declarou: “Nossa intenção não era interferir na liberdade de protesto, mas tivemos que dispersar um grupo radical...” (A Gazeta, 18/06/2013, p. 4). Observa-se nessa fala a negação de uma intenção de caráter prejudicial; logo, infere-se que a corporação não tem culpa da violência empregada pelos agentes policiais. Essa fala apela também para a estratégia da escusa e da reversão, porque aponta o outro como culpado, já que, de acordo com o secretário, foi a radicalidade do outro que provocou a ação policial. Essa reversão pode produzir efeito de naturalização das atuações violentas da polícia, como no exemplo desta declaração, de Garcia: “Infelizmente, o enfrentamento de manifestantes era esperado, porque esse tipo de comportamento foi registrado em todos os protestos.” (A Gazeta, 05/07/2013, p.5).

Outra fala em que se verifica a estratégia da reversão está no pronunciamento do Coronel Edmilson dos Santos: “Desde a ditadura, a PM mudou muito, mas não mudou a ação de vândalos que utilizam a luta democrática para destruir e causar tumulto” (A Gazeta, 17/06/2013, p. 8). Aqui, é clara a transferência de culpa e a inversão dos papéis. De acordo com o que foi dito pelo oficial, a polícia, entidade historicamente relacionada a repressões, é democrática; os manifestantes, no entanto, são antidemocráticos.

Em mais uma fala do secretário de segurança, a boa intenção da polícia é utilizada como parte positiva da sentença, justificando a ação negativa que sequencia a primeira: “Para evitar que isso ocorresse, impedimos que a população subisse a pé de Vila Velha para Vitória” (A Gazeta, 28/06/2013, p.10). Em outra passagem, o mesmo locutor expressa: “Infelizmente, chegou a esse ponto” (A Gazeta, 18/06/2013, p. 4). Trata-se, desta vez, de um caso de mitigação, já que a força empregada é eufemizada, minimizada.

Tais estratégias discursivas expostas aqui comprovam a criação de um discurso que nega a força excessiva da polícia, ao mesmo tempo em que transfere a culpa para o outro grupo. Dessa forma, produz-se

um efeito de verdade, que pode ser aceito plenamente ou parcialmente pela opinião pública.

Em alguns pronunciamentos, inclusive, percebe-se a admissão de que tal corporação detém a verdade, acima de outros setores da sociedade. No episódio da apreensão das câmeras pelos policiais, Garcia afirmou: “Nós vimos parte da filmagem, não vimos toda. Então, ali, nós vamos verificar, por um procedimento administrativo disciplinar, a verdade dos fatos” (A Gazeta, 06/07/2013, p. 9). Como se pode observar, não bastaram as condenações da Universidade Federal do Espírito Santo ou da Ordem dos Advogados à violência empregada pelos agentes policiais. A inferência que se pode fazer nessa declaração é a de que a má conduta somente poderá ser comprovada pela própria corporação, que é, portanto, exclusiva detentora da verdade.

Considerações finais

A análise dos pronunciamentos oficiais dos representantes da polícia, quando submetidos aos parâmetros teóricos e procedimentos de abordagens dos Estudos Críticos do Discurso, revelou estratégias discursivas que promovem a legitimidade das operações policiais durante as manifestações nas cidades de Vitória e de Vila Velha, em junho e julho de 2013. Por meio de uma escolha lexical tendenciosa, detalhamentos ou imprecisões de ações negativas, manipulação sintática dos termos das sentenças, entre outros recursos linguísticos, representaram-se negativamente os manifestantes e positivamente a corporação do Estado.

Como as reportagens e entrevista concederam às vozes dos oficiais um espaço privilegiado, tal escopo de poder valeu-se desse terreno favorável à criação de uma “auto-apresentação” positiva e de uma “outro-apresentação” negativa, importantes no gerenciamento global da imagem. Além disso, justificou-se a repressão policial, por meio da negação de que houve excesso de força coercitiva, recorreu-se a mitigações, escusas e reversão de culpa.

Esse tipo de discurso pode, se não houver um olhar atento de seu ouvinte ou leitor, produzir efeito de verdade, constituindo consenso

entre a opinião pública e perpetuando o abuso de poder, tanto coercitivo, quanto discursivo. É na proposição de uma leitura mais crítica e atenta dos pronunciamentos oficiais que reside a contribuição deste artigo. Trata-se, enfim, da possibilidade de investirmos em uma educação discursiva que nos permita atenuar o controle das mentes e, em condições propícias, agir contra as forças abusivas de poder.

Enviado em: julho de 2013
Aprovado em: setembro de 2013
michelinetomazi@gmail.com
joerocha@hotmail.com.br

Referências bibliográficas

- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução de Ana M. S. Corrêa. 2. ed., 1ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- FELIZ, C. Governo: PM agiu certo. In: *Jornal A Gazeta: Cidades*. 5 de julho de 2013, p. 5.
- _____. “Ação da PM é quase perfeita”, diz coronel. In: *Jornal A Gazeta: Cidades*. 17 de julho de 2013, p. 8.
- FERNANDES, V. “Protesto tinha mil bandidos armados”. In: *Jornal A Gazeta: Cidades*. 28 de junho de 2013, p. 10.
- GRAMSCI, A. *Prison notebooks*. New York: International Publishers, 1971.
- NETO, A. Uma lata, e começa confronto com a PM. In: *Jornal A Gazeta: Cidades*. 18 de junho de 2013, p. 4.
- SOARES, L. PM apreende câmeras de estudantes da Ufes. In: *Jornal A Gazeta: Cidades*. 6 de julho de 2013, p. 9.
- VAN DIJK, T. A. *Ideologia y discurso: uma introducción multidisciplinaria*. Madri: Ariel Lingüística, 2003.
- _____. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

O POVO NAS RUAS

GOVERNO: PM AGIU CERTO

Secretário explica que proposta era liberar o tráfego na ponte

CLÁUDIA FELIZ
cfeliz@vetgazeta.com.br

O secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, garantiu que a Polícia Militar "agiu dentro da técnica de controle de distúrbio civil", ao justificar a estratégia do Batalhão de Missões Especiais (BME) de dispersar um grupo de manifestantes, ontem à noite, usando bombas de efeito moral sobre a Terceira Ponte.

O grupo teria seguido a pé pela ponte, de Vitória para Vila Velha, após a polícia ter reprimido nova depredação registrada em cinco das 16 cabines da praça de pedágio.

"O objetivo era liberar a ligação entre Vitória e Vila Velha para o tráfego de veículos de passeio e de transporte coletivo", diz Garcia, afirmando que en-



VITOR RUBINI



O secretário de Segurança (à dir.) afirma que enfrentamento entre policiais e manifestantes "era esperado"

quanto várias pessoas prosseguiram tranquilamente para a cidade vizinha à Capital, um grupo resolveu apedrejar os homens da polícia. Mas ele garante que o risco da ação policial foi calculado.

Ele explicou que foi preciso que o Corpo de Bombeiros auxiliasse no combate a uma tentativa de incêndio registrada em uma das cabines de pedágio.

"Infelizmente, o enfrentamento de manifestantes com a polícia era esperado, porque esse tipo de comportamento foi registrado em todos os protestos", disse o secretário.

Ele admitiu que o fato de manifestantes terem queimado cabines da praça de

pedágio na Rodovia Zeferino Vaz, que liga Campinas a Cosmópolis, em São Paulo, pode ter estimulado ontem a nova ação de depredação de cabines da Rodosol, em Vitória.

"O que aconteceu na pra-

ça da Terceira Ponte foi uma ação de radicais, mas a manifestação, em sua maior parte, transcorreu sem problemas. Não tivemos informação sobre outros episódios de vandalismo", disse o secretário, por volta das 23h, quando a Secretaria de Segurança só dispunha de informação sobre três detidos em frente à Assembleia Legislativa, por apedrejamento de policiais.

Anexo 1 – Reportagem (A GAZETA, 05/07/2013, p. 5)

4 CIDADES

A GAZETA TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2013 3ª EDIÇÃO

O POVO VAI ÀS RUAS

UMA LATA, E COMEÇA CONFRONTO COM A PM

Protesto seguia pacífico, mas virou guerra no fim da noite

ALMIR NETO
neto@dogueta.com.br

A manifestação que seguia pacífica virou guerra nas proximidades da residência oficial do governador, na Praia da Costa, em Vila Velha. Um manifestante jogou uma lata de cerveja em um policial do Batalhão de Missões Especiais (BME), e os militares reagiram com bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. O tumulto tomou conta do local. Os manifestantes reagiram quebrando e riscando carros e vandalizando portarias de edifícios.

Em desespero, pessoas que participavam da manifestação correram para abrigar-se em prédios próximos. O carro da equipe da TV Gazeta foi depredado. Até o portão do Crefes foi depredado e jogado nos policiais.

No local, o protesto encontrou uma barreira humana formada por mais de 50 policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME), que portavam escudos e bloqueavam o acesso dos manifestantes à via.

Os manifestantes haviam negociado com o comandante da operação policial que aguardariam para falar com o governador Renato Casagrande quando a confusão começou. Muitos estavam sentados no asfalto, em frente aos policiais.

ADESAÇÃO

À medida que o protesto foi avançando ganhou a adesão de moradores de Vila Velha, que piscavam luzes nas varandas, faziam buzinações e até levavam água para os manifestantes. Além disso, o arto foi ganhando volume com pessoas que entraram no protesto já em Vila Velha, a pé ou de bicicleta.

O número de presentes - inicialmente estimado em 3 mil e depois subiu para 5 mil e 12 mil - foi confirmado em 20 mil pessoas pela Polícia Militar.



Policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME) seguraram participante do protesto após confusão perto da residência do governador



Disparos foram feitos no local, mas PM negou ter usado balas de borracha

Jovem é preso por depredar veículo

Um homem identificado como Mathheus Venâncio Araújo Viana, 25 anos, foi preso ontem na Praia da Costa, em Vila Velha, por depredação de um carro durante o confronto de um

grupo de manifestantes com militares. Mas Araújo, que deu outro nome em entrevista a A GAZETA, disse ser trabalhador da Educação e negou a acusação.

Por meio de sua assessoria

de imprensa, o governo garantiu que Mathheus Araújo já havia sido preso por tentativa de homicídio e por ter sido enquadrado na Lei Maria da Penha, que trata de violência doméstica.

“Agimos para a situação não fugir ao controle”

“Nossa intenção não era interferir na liberdade de protesto, mas tivemos que dispensar um grupo radical, que jogou pedras, garrafas e latas de cerveja contra a tropa da Polícia Militar, ferindo um soldado a pedrada.”

Foi dessa forma que o secretário de Estado da Segurança, André Garcia, explicou o confronto de ontem à noite, na Praia da Costa, em Vila Velha, entre manifestantes e soldados da PM. O enfrentamento pôs fim a um até então pacífico ato contra a criminalização de protestos, a corrupção e a favor da tarifa zero no transporte público.

Ele garantiu que o grupo que lançou objetos em direção aos policiais seria ser responsável por depredação de

patrimônio público e privado. Garcia disse que a orientação do governo, desde o início, foi para que a polícia respeitasse a manifestação até o limite. O secretário explicou que, durante todo o trajeto dos manifestantes, de Vitória a Vila Velha, “havia mais policiamento de trânsito.”

Sobre a proporção da força de repressão em relação ao grupo que ele definiu como radical – e estimou em cerca de 70 pessoas – o secretário disse que não deveria ser considerado o que foi lançado sobre a tropa.

“Foi preciso dispensar o grupo para que a situação não fugisse ao controle. Eles lançaram pedras, garrafas e latas de cerveja sobre a tropa e seus escudos. Infelizmente, chegou a esse ponto”, disse Garcia.

Anexo 2 – Reportagem (A GAZETA, 18/06/2013: 4).

10 CIDADES

A GAZETA SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2013

O POVO VAI ÀS RUAS

“PROTESTO TINHA MIL BANDIDOS INFILTRADOS”

Para secretário de Segurança, solução não é questão de efetivo

VILMARIA FERNANDES
vfernandes@redesocia.com.br

O secretário estadual de Segurança, André Garcia, disse ontem que a polícia não vai medir esforços para enfrentar baderneiros que estão infiltrados nos protestos. Ele destaca que existem vários grupos que estão atentando contra a segurança pública, se utilizando do movimento que está nas ruas como escudo protetor para a prática de crimes. E não é um grupo pequeno, acrescenta Garcia. “No protesto da última quarta-feira, num universo de 5 mil pessoas, quase mil eram baderneiros”, afirmou.



MARCOS FERNANDES - 10/06/2013

“Criminosos usam protestos como escudo para a prática de crimes”, afirma Garcia

Que avaliação o senhor faz dos protestos?

O que observamos nas últimas duas edições é a presença forte de grupos infiltrados. E não é um grupo pequeno. Num universo de 5 mil pessoas, como a manifestação de ontem (quarta-feira), quase mil eram baderneiros enfrentando o Estado, porque ao enfrentar a polícia você enfrenta o Estado. Realizaram saques, assaltos, depredações, praticaram o que o movimento não pregou na marcha dos 100 mil (no último dia

20, quando esse número de pessoas foi às ruas na Grande Vitória).

A Polícia Militar precisa de reforço, como o da Força Nacional de Segurança? Não há polícia no Brasil que consiga suportar esta movimentação que está acontecendo. Estamos acompanhando outros Estados, como São Paulo, que tem o maior efetivo da América Latina; Minas Gerais, onde está ocorrendo muitos problemas; Rio de

Janeiro. Portanto, não é uma questão de efetivo. Estamos vivendo um momento em que vários grupos estão atentando contra a segurança pública, infelizmente, se utilizando de um movimento legítimo como escudo protetor para a prática de crimes.

Há preocupação com os próximos protestos? Infelizmente, posso dizer para a população que, havendo confronto, vai haver confusão. A polícia es-

tá preparada para evitar que isso aconteça, mas, se ocorrer, vamos utilizar todos os meios, inclusive o policiamento velado, para identificar os vândalos. Estamos analisando várias imagens para que a gente possa antecipar a atuação desses grupos.

Houve erro na atuação da polícia durante o protesto da última quarta-feira, na Terceira Ponte? Tínhamos informações de que haveria enfrenta-

— “Muitos estão se aproveitando do movimento. Prendemos pessoas armadas com pistola, com carabina 44”

— **ANDRÉ GARCIA**
SECRETÁRIO ESTADUAL DE SEGURANÇA

O problema ocorreu quando essas pessoas subiam a ponte. Fomos coletando informações e vimos o perfil de quem estava subindo. Havia manifestantes pacíficos, mas havia outros com perfil de enfrentamento. Não atuamos apenas com suposições, mas com informações de quem está em campo.

Que orientação o senhor dá para a população amanhã? Não posso desmobilizar o movimento, porque não é proposta do poder público. Se eu tivesse condições de dizer algo é que o movimento está perdendo seu propósito e isso está evidente. Muitos estão se aproveitando do movimento. E essas pessoas perigosas = prendemos pessoas armadas com pistola, com carabina 44— estão do seu lado, do lado de um pai, de uma mãe de família, de uma criança. Quem garante que essa arma não vai ser utilizada? Ou em que momento ela vai ser utilizada? E algo a se pensar. Acho que o movimento já perdeu a sua característica, que foi a beleza da marcha dos 100 mil.

“Sem ação da PM, haveria o dobro de crimes”

◀ O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Edmilson Santos, garante que havia um grande número de policiais destinado a prevenir os saques a comércio durante a manifestação de quarta-feira e que, se a PM não tivesse agido, o número de crimes teria sido pelo menos o dobro.

Nessa quarta-feira, por que a polícia impediu a passagem dos manifestantes no meio da ponte? Foi bem no início da ponte e não no meio. A partir do momento que a polícia rece-

beu informação de que havia um número muito grande de vândalos entre manifestantes, demos a determinação de que os policiais impedissem a passagem a partir dali, porque houve preocupação com depredações e saques. A PM sempre age com a intenção de preservar a segurança e a integridade física das pessoas de bem que estão protestando.

Por que não havia mais policiais tentando evitar saques ao comércio? Os policiais que estavam na Praça do Pedágio eram

da tropa de choque, que não é destinada a policiamento preventivo. Mas havia um número de policiais muito grande destinado para resguardar a segurança dos manifestantes e agir nos casos de vandalismo e saques. O problema é que o número de criminosos com o objetivo de vandalizar e saquear o comércio era muito grande. Conduzimos ao DJF de Vitória 150 pessoas. O delegado teve que pedir reforço para que os presos fossem vigiados, enquanto PMs voltavam à manifestação para continuar

preendendo. Pode ter certeza de que, se a PM não tivesse agido, teria havido pelo menos o dobro de crimes.

Por que a polícia não consegue impedir a ação dos saqueadores e vândalos? As manifestações têm trazido um número cada vez maior de criminosos. Um dos rapazes presos ontem (quarta) estava com uma pistola 380; e o outro, com uma carabina 44. Abordar uma pessoa dessas pode gerar muito pânico. Pessoas podem ser baleadas. No meio da correria, cidadãos



RICARDO VEDEIRO/AGFOLIO
Comandante: “Estratégia definida durante protesto”

infiltrados entre os manifestantes. A gente observa, identifica o criminoso e, na hora certa, aborda.

Como a polícia agiria hoje? A PM não vai agir de maneira repressora, mas para assegurar a integridade física dos manifestantes e evitar crimes. A estratégia será definida de acordo com informações na hora do protesto. A gente pede que os cidadãos de bem pensem duas vezes antes de ir ao protesto, pois o contingente de bandidos nas manifestações com o objetivo único de praticar crimes contra o patrimônio é muito grande.

Anexo 3 – Entrevistas (A GAZETA, 28/06/2013: 10).

“Ação da PM é quase perfeita”, diz coronel

Alvo de críticas, principalmente nas redes sociais, a ação da Polícia Militar nas manifestações de protesto registradas em Vitória, desde junho, é considerada pelo comandante da corporação, coronel Edmilson dos Santos, “quase 100% perfeita”.

Segundo ele, seis casos suspeitos de abusos praticados por policiais em todas as manifestações, são alvo de apuração pela Corregedoria da PM. Quatro desses casos foram denunciados por pessoas que afirmam ter sido agredidas — três delas atingidas por balas de borracha.

Os outros dois episódios envolveram estudantes do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Ufes, que tiveram câmeras retidas e parte das imagens apagadas por militares — e a professora Keila Ribeiro, atingida por jato de spray de pimenta no rosto

quando registrava a ação dos policiais, na última semana-feira, próximo à Assembleia Legislativa.

APURAÇÃO

O prazo para apuração das denúncias é de 30 dias, e, dependendo do caso, poderá ser instaurado

inquérito policial militar. As punições previstas variam de advertência militar até sua exclusão da corporação, de acordo com o que a apuração conclui.

O coronel diz que militares são orientados a evitar confrontos físicos com manifestantes. Usam escudos para se proteger de pedras e pauladas e visam a dispersar a multidão,

fazem uso de spray de pimenta, bomba de efeito moral e bala de borracha.

“Toda vez que houver manifestação vamos agir para garantir a segurança da população. Desde a ditadura, a PM mudou muito, mas não mudou a ação dos vândalos que utilizam a luta democrática para destruir e causar tumulto”, diz o comandante. (Claudia Felz)

Anexo 4 – Reportagem (A GAZETA, 06/07/2013, p. 9)

O POVO NAS RUAS



Jovem foi obrigado a entregar a câmera com imagens do protesto aos policiais



Gravação revela como os policiais militares lidaram com os manifestantes

PM AREENDE CÂMERAS DE ESTUDANTES DA UFES

Jovens estavam filmando abordagem da polícia em posto de gasolina

LEONARDO SOARES
leao@ufes.br

na edição 137/159

Dois alunos do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que faziam o registro fotográfico em vídeo da manifestação da última quinta-feira, em Vitória, tiveram as câmeras retidas por policiais. O fato aconteceu enquanto registravam a abordagem de manifestantes, sem identificação, em um posto de gasolina localizada na Rua da Penha.

O vídeo tem pouco mais de dois minutos e foi gravado em um posto de

gasolina que fica no trajeto da manifestação. Os manifestantes seguiam para a Terceira Ponte. Ao passarem pelo posto, os universitários que filmavam a manifestação se aproximaram com a câmera ligada e registraram a abordagem de policiais militares aos que estavam próximos à loja de conveniência do posto. Durante as gravações, os estudantes também foram abordados, sendo que uma das câmeras foi desligada, e a outra quase foi retirada das mãos do cinegrafista pelos policiais.

As imagens gravadas revelam que, em determina-

REVOLTA

“Essas manifestações pressupõem mudança de postura da polícia para que ela não veja a captura de imagens como uma afronta”

FÁBIO GOUVEIA
COORDENADOR DO LABIC

do momento, um homem que está sendo abordado informa ao policial que este está sem identificação. Em seguida, o PM, visivelmente irritado com a observação, responde: “Você quer meu

nome?”. Em seguida, retira a identificação que estava na parte de dentro do colete e aproxima do rosto do manifestante, enquanto chama o jovem de “babaca”. O mesmo policial, identificado no vídeo como sargento Gomes, olha para a câmera e diz: “Aqui, Gomes. Tira foto de mim”. É novamente questionado por outro manifestante. “Não tem necessidade de fazer isso, cara”, diz o rapaz.

Em seguida, os policiais mandam que os homens abordados virem de costas e começam a revistá-los. É nesse momento que um dos policiais tenta retirar a câmera de um dos dois estu-

dantes que filmavam toda a ação. Um dos equipamentos permanece ligado e registra o momento em que o policial tenta tomar a força, o aparelho. “Tega a câmera. Tega”, dizem.

De acordo com um dos coordenadores do Labic, Fábio Gouveia, os integrantes do grupo têm ilho aos programas de política para coletar imagens, pois um dos movimentos de pesquisa consiste na extração e visualização de gran-

des volumes de imagens. Para ele, as autoridades estão tentando entender o que está acontecendo, um movimento múltiplo, que passa pela ampliação da mídia. Os sites os manifestantes também são produtores e difusores de informação. “Há muitos albos, muitas câmeras. Tudo é público, está na rede”, afirma.

Gouveia destaca que o grau das atuais manifestações exige uma mudança de postura da polícia e das autoridades para que não considerem a captura de imagens uma afronta, mas algo natural dessa geração. (Com colaboração de Cristiana Euclydes)

Imagens fazem parte de estudo da universidade

A Administração Central da Ufes informou, em nota, que os dois rapazes que filmaram a ação e foram abordados pela Polícia Militar são integrantes do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Ufes (Labic) e que eles fizeram o registro fotográfico em vídeo da manifestação.

As gravações fazem parte de um estudo do laboratório, segundo a universidade, e os equipamentos foram retidos e depois devolvidos, mas com algu-

mas imagens apagadas, informa ainda a nota.

A Ufes informa, ainda, que repudiou a ação da Polícia Militar, que “cousbu o direito de livre expressão de registro de dados para a realização de pesquisa científica”. E explica que o Labic se tornou referência para a compreensão dos movimentos de protesto que ocorrem no Brasil, a partir das análises e cartografias das redes sociais, organização e cobertura das manifestações.

OAB/ES: “Filmar não representa crime”

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB-ES), Homero Maíra, cobrou ontem do procurador-geral de Justiça do Estado, Eder Pontes, que sejam adotadas “providências cabíveis” quanto à ação de militares contra dois universitários no ato de quinta-feira.

A OAB-ES enviou ainda cópias do vídeo para o secretário de Estado de Segurança, André Garcia, e ao comandante-geral da PM, coronel Edmilson dos San-

tos, e informou que vai acompanhar a apuração. Homero Maíra afirmou de acordo com nota divulgada no site da Ordem, que “o direito de manifestação tem que ser respeitado em todos os seus aspectos” e que “o ato de filmar não representa nenhum crime”. Ele ainda comparou a ação da PM com os Estados autoritários e completou: “O ato de apagar imagens torna ainda mais grave a ação policial, uma vez que sóse apaga o que se quer esconder”.

Corregedoria investigar atuação de policiais

O secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia, informou que já assistiu ao vídeo e que toda a ação registrada será investigada pela Corregedoria da Polícia Militar. Ao ser questionado sobre um dos policiais estar com o nome por dentro do colete, Garcia disse que a recomendação é que os PMs estejam com a identificação sempre aparente, na farda. Equívoco também será investigado pela corregedoria.

Por fim, o secretário de segurança afirmou que, se for comprovado excesso durante a atuação da Polícia Militar, o caso é passível de punição. O comandante-geral da PM, coronel Edmilson dos Santos, reafirmou as informações do secretário André Garcia, mas ressaltou: “Nós vimos parte da filmagem, não vimos toda (a filmagem)”. Então, ali, não vamos verificar, por um procedimento administrativo disciplinar, a verdade dos fatos”, disse.

Anexo 5 – Reportagem (A GAZETA, 17/07/2013: 8).